

Sucessor de Dilma indicará apenas dois ministros para o Supremo

Com a aprovação da PEC da Bengala e o aumento da idade da aposentadoria compulsória nos tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal de 70 para 75 anos, a cúpula do Judiciário ficará sem novidades até 2020. E se a emenda terá efeito determinante nas relações entre a Presidência da República e o STF, não será tão sentida assim nos tribunais superiores.

Antônio Cruz/ABr



Se ninguém se aposentar antes da data, PEC tirou 20 nomeações de Dilma.
Antônio Cruz/ABr

A porção petista do Congresso acusou os defensores da PEC de casuísmo, pois afirmam que ela só foi aprovada para tirar da presidente Dilma Rousseff o poder de indicar, além do substituto de Joaquim Barbosa, outros cinco ministros. Sem PEC, os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Teori Zavascki saíam entre novembro de 2015 e dezembro de 2018, dentro do mandato de Dilma.

Com PEC, as aposentadorias foram distribuídas entre os dois presidentes que se seguirem a Dilma — ou um, caso haja reeleição. Se não pendurarem a toga antes da data limite, Celso de Mello e Marco Aurélio serão substituídos pelo presidente que suceder Dilma Rousseff. Aposentam-se em novembro de 2020 e julho de 2021, respectivamente. Lewandowski, Teori e Rosa ficarão por conta do sucessor do sucessor — ou de seu segundo mandato —, já que saem em 2023.

Ao mesmo tempo, a Emenda da Bengala tirou do mandato seguinte ao de Dilma uma indicação. Quem ocupar o cargo indicaria três ministros e passa a poder indicar dois. Se não for reeleito, a vida de seu sucessor continua como era previsto antes da emenda. Indicará três substitutos de ministros da composição atual.

Numericamente, a PEC restaura a normalidade de indicações ao Supremo que se viu no Brasil depois da promulgação da Constituição de 1988. Fernando Collor era o recordista de indicações, com quatro ministros (Carlos Velloso; Francisco Rezek; Marco Aurélio; e Ilmar Galvão). Itamar Franco só indicou um (Maurício Corrêa) e Fernando Henrique Cardoso, três (Ellen Gracie; Nelson Jobim; e Gilmar Mendes).

Quem destoa foi Lula, que indicou oito: Cezar Peluso; Menezes Direito; Ayres Britto; Cármen Lúcia; Ricardo Lewandowski; Eros Grau; Joaquim Barbosa; e Dias Toffoli. Dilma seguiria pelo menos caminho. Já indicou quatro ministros (Luiz Fux; Rosa Weber; Teori Zavascki; e Luis Roberto Barroso) e indicaria outros cinco, somando nove indicações.

Com a Emenda, Dilma empata com Collor. Perde para José Sarney, que foi o presidente da redemocratização e indicou cinco nomes para o STF: Celso de Mello; Sepúlveda Pertence; Paulo Brossard; Célio Borja; e Carlos Madeira.

Novos recordes

Se não sair antes de chegar à nova compulsória, o ministro Dias Toffoli terá alcançado, aos 75 anos, o posto de ministro que ficou no cargo por mais tempo. Ele foi nomeado em 2009, aos 41 anos, pelo ex-presidente Lula. Ficará, portanto, até 2042, quando completará 33 anos de Supremo.

STF



José Paulo de Araújo foi ministro que ficou mais tempo no Supremo.
STF

Contando desde o STF do Império, o ministro mais longo foi José Paulo Figueirôa Nabuco de Araújo, que integrou o antigo Supremo Tribunal de Justiça durante 31 anos e 3 meses. Ele foi nomeado aos 36 anos, em 1832, pelo imperador D. Pedro II. Aos sete anos, D. Pedro nomeou o ministro mais jovem de toda a história da Suprema Corte até hoje.

Da República, o ministro mais longo até hoje é o ministro Hermínio do Espírito Santo. Foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto em 1894 e ficou no Supremo durante 29 anos e 11 meses, até 1924, quando morreu, aos 83 anos. Naquela época o cargo de ministro do Supremo era vitalício. Só passou a existir aposentadoria compulsória para o STF em 1934, quando foi promulgada a Constituição que menos durou na história do país.



Celso de Mello já está no rol dos mais longevos da história, pois ocupa uma cadeira no Supremo há quase 27 anos. Se ficar até os 75, completa 32 anos de STF e perde para Toffoli por alguns meses.

Tribunais superiores

No Superior Tribunal de Justiça, também houve uma redistribuição das responsabilidades. Sem PEC, Dilma indicaria três ministros. Seriam os substitutos de Napoleão Nunes Maia Filho, Laurita Vaz e Felix Fischer.

Com o aumento da idade para aposentadoria compulsória para 75 anos, Dilma não indica mais ninguém para o STJ. Dos quatro, Napoleão e Fischer serão substituídos pelo sucessor de Dilma e Laurita pelo presidente que vier depois — descartada a reeleição.

Quem presidir o Brasil entre 2027 e 2030 será o que indicará mais substitutos de ministros da composição atual do STJ. Serão cinco, para os lugares de Francisco Falcão; Nancy Andrighi; Benedito Gonçalves; Moura Ribeiro; e Jorge Mussi. O impacto é diluído porque a corte é composta de 33 ministros.

No Tribunal Superior do Trabalho, a PEC também não teve impacto significativo. Dilma indicaria três ministros daqui até 2018. Não indica mais ninguém. Em compensação, quem for eleito presidente do Brasil em 2026 substituirá 11 ministros da composição atual do TST, que conta com 27 ministros ao todo.

Date Created

06/05/2015